

política

Queda na arrecadação preocupa Famurs

Municípios devem receber R\$ 395 milhões a menos de ICMS em dois meses, segundo estimativa da entidade

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

Os municípios gaúchos devem receber R\$ 395 milhões a menos de ICMS referente apenas aos meses de maio e junho deste ano. Essa é uma estimativa da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), cujo presidente foi o palestrante do evento Tá na Mesa desta quarta-feira, promovido pela Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul).

“O que nós precisamos é a compensação dessa perda de arrecadação, pois não sabemos se ela vai permanecer até setembro, outubro, novembro ou dezembro”, disse o prefeito de Barra do Rio Azul, Marcelo Arruda (PRD), que conduz a instituição neste 2024.

Arruda agradeceu os recentes

acenos do governo federal, que prometeu antecipações de repasses de ICMS e de precatórios, mas criticou a insuficiência de tais valores. “A gente agradece todas as ações, mas aquele ICMS que foi anunciado ontem (terça-feira, 25) é uma compensação que já estava alinhada, lá de 2022 e 2023. É um recurso que ajuda, mas as prefeituras já estavam programadas para receber esse dinheiro”, declarou o prefeito.

O presidente da Famurs também fez um apelo ao governo federal para que as famílias de classe média também sejam incluídas nos programas de auxílio da União após as enchentes, que atingiram gaúchos de diversas localidades e classes sociais.

“Estamos batendo no ponto de que o auxílio não pode ser só daqueles que mais precisam, que tenham renda familiar até R\$ 4,1 mil. Precisamos de programas

para ajudar a classe média também, quem paga imposto e perdeu o patrimônio, que é a sua casa. Programas que foram anunciados não atendem a essa faixa de famílias. Precisamos de um programa de todas as faixas de rendas proporcional à renda de cada uma”, afirmou Arruda.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) argumenta que já disponibilizou mais de R\$ 90 bilhões ao Estado, mas boa parte desse valor se deve a linhas de crédito e financiamento. Arruda defende subsídio aos “bons pagadores de impostos”.

“É importante que venham as linhas de financiamento, mas temos defendido que o bom pagador de impostos tenha que ter subsídio. Como acontece na agricultura: quem faz o pagamento certinho, em alguns momento o governo rebate algum subsídio. Para o setor empresarial também



SERGIO GONZALEZ/FEDERASUL/DIVULGAÇÃO/JC

Para Marcelo Arruda, subsídio é mais importante que linhas de crédito

tem que ter para aquele empresário que já tem compromissos assumidos e agora tem esse desafio de reerguer sua empresa”, disse o prefeito.

Segundo levantamento da Famurs, 478 municípios gaúchos, de um total de 497, foram afetados

pelos cheias de maio, dos quais 349 estão em situação de emergência e 95 em calamidade pública. Foram 2,4 milhões de pessoas diretamente afetadas, com 388 mil desalojados, 806 feridos, 36 pessoas ainda desaparecidas e 178 óbitos.

Pimenta detalha investimentos federais a deputados

O ministro extraordinário para a Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT), se reuniu com um grupo de deputados estaduais nesta quarta-feira para detalhar os investimentos do governo federal para a recuperação do Estado. Com os líderes de cada uma das bancadas e o presidente da Assembleia Legislativa, Adolfo Brito (PP), Pimenta explicou o aporte de R\$ 91,7 bilhões, também ressaltou a suspensão da dívida com a União e o transporte de 22,4 mil toneladas de doações às vítimas da enchente.

Os parlamentares, por sua vez, levaram preocupações quanto à queda da arrecadação dos municípios e do Estado, as condições das estradas vicinais e o assoreamento dos rios. Nesse aspecto, o ministro considerou que, com o anúncio do

Plano Safra, que deve ser realizado no dia 3 de agosto, “há uma expectativa de que anúncios possam ser feitos para atender a pauta de reivindicações do estado que envolve o adiamento do pagamento de financiamentos e até mesmo a possibilidade de anistia”.

Já em relação aos transportes, Pimenta comentou sobre a liberação da maioria das rodovias federais. Das 43 vias que estiveram bloqueadas devido à catástrofe climática, restam ainda duas: a BR-470 e a BR-116. O Aeroporto Internacional Salgado Filho, por sua vez, aguarda a entrega de um relatório sobre as condições da pista, o que deve ser realizado até o dia 15 de julho pela proprietária da concessão do terminal, a empresa Fraport.

O ministro também alegou que o Ministério dos Transportes está

trabalhando de forma acelerada na recuperação das três estações do Trensurb em Porto Alegre. Atualmente, apenas é possível dirigir-se até a estação Mathias Velho, em Canoas, com o modal interurbano. Uma reunião deve ser realizada na próxima semana com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para discutir a questão dos trens.

“Existe também os temas relativos à atividade econômica do estado que exigem resposta imediata, então toda semana temos avançado em alguma coisa e em um prazo de 30 dias teremos o que é mais emergencial e mais uns 60 dias depois para que todos os convênios e contratos com as prefeituras e com o estado estejam assinados”, complementou o ministro quanto às solicitações de obras nos municípios, especialmente nas áreas de saúde e educação.

Na terça-feira (25), durante audiência de conciliação convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília para tratar sobre a dívida pública, foram anunciadas novas medidas de apoio à reconstrução do Estado. Na ocasião, Pimenta prometeu a antecipação do ressarcimento do INSS referente ao ano de 2022 e do pagamento de precatórios. Os recursos somam cerca de R\$ 5,68 bilhões e deveriam chegar ao Rio Grande do Sul apenas em 2025.

Audiência debate proposta de ampliar área urbana na Capital

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Ana Carolina Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Uma audiência pública será realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre nesta quinta-feira, a partir das 19h, para discutir a ampliação dos limites da área urbana na Zona Sul. A medida permitiria a construção de um loteamento para fins residenciais em área localizada na avenida Edgar Pires de Castro e na rua Darcy Pereira Pozzi.

O encontro será realizado por meio online e a população poderá participar mediante inscrição no site da Câmara Municipal de Porto Alegre.

O projeto a ser discutido é de autoria do vereador Mauro Pinheiro (PP) e argumenta que a liberação do empreendimento permitiria “à população de menor poder aquisitivo, atualmente à margem do mercado imobiliário formal, a possibilidade de adquirir seu terreno e construir sua casa própria”.

O loteamento, conforme a proposta, seria composto de 750 lotes com área de 150m² cada.

“Importante ressaltar que o empreendimento ainda irá gerar a doação ao município de, aproximadamente, 28.000m² de área destinada a equipamentos comunitários na forma de praça, escola, posto de saúde e creche, para uso não somente dos moradores do loteamento, mas suprindo as deficiências atuais da região nesse setor”, acrescenta Pinheiro em sua justificativa.

A avenida Edgar Pires de Castro também possui um outro projeto de condomínios residenciais aprovado para gerar cerca de 1,3 mil unidades habitacionais pelo Fundo de Arrendamento Residencial.

Entretanto, as construções ainda não iniciaram, pois dependem da contratação de serviço pela prefeitura de Porto Alegre, conforme apontou o diretor de Habitação e Saneamento do Ministério Extraordinário para a Reconstrução do Rio Grande do Sul, Carlos Comassetto, em entrevista ao **Jornal do Comércio**. A iniciativa está no horizonte do governo federal como uma possibilidade de fazer enfrentamento ao déficit de moradias causado pelas enchentes no Estado.



LUCAS LEFFA/GOVERNO FEDERAL/DIVULGAÇÃO/JC

Ministro diz que valores destinados à reconstrução somam R\$ 91,7 bilhões